

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Antonina, 14 de abril de 2025.

Senhores Acionistas,

A administração do PPF – Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia") em conformidade com as disposições previstas em seu estatuto e as leis vigentes, submete à apreciação de seus acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.

RESULTADOS FINANCEIROS

O ano de 2024 foi marcado por superações e recordes históricos para a Companhia. Pela primeira vez, a movimentação de produtos no cais ultrapassou a marca de 2 milhões de toneladas, representando um crescimento expressivo de 47% em relação ao exercício anterior. Esse feito inédito reflete o empenho incansável da administração, o compromisso dos sócios e, sobretudo, a confiança dos clientes, consolidando o projeto de crescimento contínuo da Companhia.

Os recordes também se estenderam aos indicadores financeiros. A receita operacional líquida atingiu R\$ 212,1 milhões, um avanço de 17% em relação a 2023 (R\$ 181,2 milhões). O lucro líquido do período alcançou R\$ 20,1 milhões, e o EBITDA registrou um crescimento expressivo de 20%, saltando de R\$ 56 milhões em 2023 para R\$ 67,4 milhões em 2024. Essa evolução reflete não apenas a majoração das tarifas, mas também a excelência operacional, impulsionada por uma gestão eficiente de custos, redução de horas extraordinárias e otimização dos recursos disponíveis.

Com esses marcos, a Companhia reafirma sua trajetória de crescimento sustentável, eficiência operacional e geração de valor para seus stakeholders.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Comprometida com seu projeto de crescimento sustentável, a Companhia tem investido continuamente na ampliação de sua infraestrutura e na modernização de seus processos. Em 2024, os investimentos totalizaram R\$ 15,9 milhões, direcionados principalmente para obras de expansão, construção de armazéns para fertilizantes, aquisição de equipamentos de informática, maquinários, infraestrutura e aprimoramento dos sistemas de segurança.

A Companhia mantém um firme compromisso com a aderência às rígidas normatizações alfandegárias e à legislação de segurança portuária e trabalhista, garantindo operações seguras e em conformidade com as exigências regulatórias.

Esses investimentos reforçam a preparação da Companhia para atender à crescente demanda do setor, garantindo eficiência operacional e suporte ao seu plano de expansão de longo prazo.

DRAGAGEM E INFRA MARÍTIMA

Com relação ao tema da Dragagem, é importante destacar que é obrigação do Poder Concedente, através da APPA-Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, realizar a manutenção das condições de navegabilidade no canal e bacia de evolução.

Neste sentido, está em execução, pela APPA, o Contrato nº 034/2024, referente execução dos serviços de dragagem de manutenção continuada nas áreas de responsabilidade da APPA por um período de 02 (dois) anos. A Ordem de serviço para início

da execução dos serviços foi assinada pela APPA no segundo trimestre de 2024, este acordo, prevê a realização de duas campanhas anuais de dragagem tanto na região do canal de acesso quanto na bacia de evolução. Este esforço coordenado tem como principal objetivo minimizar qualquer risco associado à navegação no canal de acesso ao PPF garantindo assim a segurança e a eficiência na movimentação de cargas.

Por força do contrato de Arrendamento do PPF, é obrigação da APPA executar a manutenção de dragagem nas áreas do Canal de Navegação (áreas Delta 1) e Bacia de Evolução (Delta 2).

Este contrato permanece vigente até 2026.

Em outubro de 2024 a APPA concluiu a dragagem da área Delta1 (canal de acesso à Antonina) e Delta 2 (bacia de evolução), e após a realização de batimetria para verificação das profundidades o calado homologado pela Autoridade Marítima é de 9,15 metros de profundidade.

A manutenção das condições de profundidade e calado nos berços de atracação a obrigação é do PPF. Em 2024 foi realizada 2 campanhas de manutenção dos berços de atracação. No total foram investidos mais de R\$ 6.2 milhões em dragagem diretamente pelo PPF. Atualmente, canal, bacia e berços possuem calado homologado pela Autoridade Marítima de 9,15 metros de profundidade.

GESTÃO DE PESSOAS

No final de 2024, a Companhia iniciou um processo de reformulação administrativa e operacional, com o objetivo de otimizar processos, reduzir custos e aumentar a eficiência. Contava com 306 funcionários. Essa reestruturação foi conduzida de forma estratégica, garantindo que as mudanças resultassem em melhor aproveitamento dos recursos e maior agilidade nas operações, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Ciente de que seu principal ativo são as pessoas, a Companhia adotou uma abordagem cuidadosa, buscando equilibrar a necessidade de ajustes com a valorização e o bem-estar de seus colaboradores. O processo foi pautado na redistribuição de demandas e na capacitação das equipes, assegurando que cada profissional tivesse as ferramentas e o suporte necessários para continuar contribuindo de forma produtiva e sustentável para o crescimento da organização.

AMBIENTAL, SOCIAL

AMBIENTAL

A Companhia, em sua constante busca pelas melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, implementa um abrangente programa de gestão ambiental. Este programa abarca tanto ações que atendem a requisitos legais quanto outras de natureza voluntária, evidenciando o compromisso profundo da empresa com a preservação ambiental e com a responsabilidade social. Dentre as inúmeras iniciativas destacam-se: Educação Ambiental, promovendo ações contra a dengue e a limpeza regular de vias e manguezais;

A Campanha de Redução do Consumo de Água, enfatizando a importância da conservação hídrica;

Adesão ao Mercado Livre de Energia, visando opções mais sustentáveis e econômicas de energia;

O desenvolvimento e a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);

Monitoramento de Emissões Atmosféricas e Controle de Vetores;

Vigilância constante de Efluentes e Qualidade da Água, incluindo a água de lastro dos tanques dos navios e das águas da baía e seus afluentes;

Condução de Auditorias Ambientais, conforme a Resolução CONAMA 306/2002;

Estabelecimento de um Plano de Atendimento a Emergências (PAE) e de um Plano de Emergência Individual (PEI).

Adicionalmente, a doação de todo material reciclável produzido no porto a duas cooperativas de catadores em Antonina agora é reconhecida como uma colaboração estratégica entre o Porto de Paranaguá e Antonina (PPA) e a ACAPRA, juntamente com a Associação de Catadores do Km4. Essa parceria sublinha o compromisso do porto com a sustentabilidade e o apoio à economia local, transformando os resíduos de suas operações em benefícios para as comunidades locais e estimulando práticas eficazes de reciclagem.

A empresa também realiza anualmente o relatório de emissão de gases de efeito estufa, evidenciando sua preocupação e transparência em relação à sua pegada ambiental. Além disso, já estão em andamento ações de neutralização de carbono, demonstrando o comprometimento da companhia não só com a mitigação dos impactos ambientais de suas operações, mas também com a promoção de um futuro mais sustentável.

No âmbito social, a companhia mantém um forte compromisso, apoiando várias campanhas solidárias anuais. Entre elas, destaca-se a Campanha do Agasalho do Programa de Voluntariado Paranaense - Propovar de Antonina, e a participação em projetos sociais e ambientais da PORTOS DO PARANÁ, como o Projeto Porto Escola. Este último reflete o empenho da companhia na formação educacional das crianças de Antonina e do litoral, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade integrada, que engloba tanto questões ambientais quanto o desenvolvimento social das comunidades onde atua.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Nossa atividade está diretamente conectada ao agronegócio, um setor no qual o Brasil ocupa uma posição de destaque no cenário global. Segundo o Ministério da Agricultura, o agronegócio segue expandindo sua produção e garantindo o abastecimento do mercado. De acordo com o relatório de março de 2025 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a estimativa para a safra brasileira de grãos 2024/25 é de 328,3 milhões de toneladas, representando um crescimento de 10,3% em relação ao ciclo anterior. Esse avanço reflete o aumento da área plantada e a recuperação da produtividade média das lavouras, podendo estabelecer um novo recorde na série histórica da Conab.

Dentro desse contexto, o PPF tem como principal atividade a operação de descarga de fertilizantes importados, segmento que representa 60% da movimentação total da Companhia nos últimos cinco anos. Com base nos investimentos estratégicos, projeções de carga dos principais clientes e perspectivas institucionais, estimamos que a movimentação total de cargas (importações e exportações) em 2025 alcance aproximadamente 2,4 milhões de toneladas, estabelecendo um novo recorde operacional. Em termos financeiros, a Receita Bruta projetada para 2025 é de aproximadamente R\$ 301 milhões, o que representará um crescimento expressivo de 31% em relação a 2024. Esse avanço será impulsionado pela continuidade do projeto de expansão, a conquista de novos clientes e a diversificação do mix de produtos operados.

A administração da Companhia acredita que os investimentos realizados na infraestrutura operacional, o aumento do portfólio de produtos, a recuperação do calado e a garantia da dragagem de manutenção pelo poder concedente, aliados ao cenário extremamente favorável do agronegócio, permitirão o alcance dos resultados positivos estabelecidos no planejamento estratégico. Esses fatores reforçam a tendência de forte crescimento da Companhia e a consolidação de sua posição no setor.

Atenciosamente

A Administração.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS ENCERRADOS EM

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/01/2024	01/01/2023
	a	31/12/2024	a 31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	212.092	181.181
Custos dos Serviços Prestados	26	(128.782)	(116.149)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		83.310	65.032
RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(32.731)	(25.023)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(39.505)	(35.370)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	6.774	10.347
LUCRO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		50.579	40.009
Receitas Financeiras	29	7.279	8.017
Despesas Financeiras	29	(32.248)	(48.021)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(699)	-
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		24.911	5
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	30	(4.458)	(74)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30	5.131	(4.849)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		25.584	(4.918)
Quantidade de Ações		231.387	231.387
Resultado por Ação (Em Reais)		0,1106	(0,0213)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES ENCERRADOS EM

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2024	01/01/2023
	a 31/12/2024	a 31/12/2023
Resultado do Exercício	25.584	(4.918)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	25.584	(4.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		40.665	32.835
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	608	280
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	06	9.412	501
Clientes	7.1	15.057	16.675
Títulos a Receber	7.2	6.129	10.102
Estoques		1.058	971
Impostos a Recuperar	08	1.192	284
Adiantamentos	09	3.603	3.107
Despesas Antecipadas	10	3.606	326
Partes Relacionadas	11	-	589
Outros Créditos		-	-
NÃO CIRCULANTE		366.116	355.044
Realizável a Longo Prazo		117.537	105.349
Aplicações Financeiras -			
Conta Vinculada	06	1.703	5.236
Clientes	7.1	98	-
Títulos a Receber	7.2	5.021	-
Partes Relacionadas	11	78.258	73.067
Adiantamentos	09	11.482	16.503
Impostos a Recuperar	08	5.171	4.120
Depósitos Judiciais	23	4.824	332
Impostos Diferidos	12.1	10.980	6.091
Direito de Uso	13	16.685	24.387
Imobilizado	14	231.686	225.064
Intangível		208	244
TOTAL DO ATIVO		406.781	387.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		176.028	105.728
Fornecedores	15	34.935	26.877
Instrumentos Financeiros Derivativos	16	699	-
Empréstimos e Financiamentos	17	14.112	13.738
Arrendamento Mercantil	13	8.765	7.873
Obrigações Tributárias	19	7.690	2.220
Obrigações Sociais e Previdenciárias	20	5.522	5.644
Obrigações com Parcelamentos	21	4.161	3.215
Debêntures	18	73.111	6.861
Adiantamentos de Clientes	22	21.791	32.463
Dividendos a Pagar		5.111	-
Outras Obrigações		131	6.837
NÃO CIRCULANTE		66.373	138.244
Fornecedores	15	7.307	-
Obrigações com Parcelamentos	21	7.942	4.371
Adiantamentos de Clientes	22	19.348	17.080
Empréstimos e Financiamentos	17	13.353	14.631
Arrendamento Mercantil	13	9.895	17.775
Debêntures	18	-	74.382
Provisão para Contingências	23	4.431	5.665
Impostos Diferidos	12.2	4.097	4.340
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		164.380	143.907
Capital Social	24	140.013	140.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	24	7.958	8.334
Reserva de Legal		1.076	-
Reserva de Lucros		15.333	-
Prejuízos Acumulados		-	(4.440)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		406.781	387.879

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADOS

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros-Dividendos	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2022	140.013	8.709	103	1.457	-	150.282
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(4.918)	(4.918)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(568)	-	-	568	-
Realização do Tributo Diferido	-	193	-	-	(193)	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	(1.457)	-	(1.457)
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	(103)	-	103	-
Em 31 de dezembro de 2023	140.013	8.334	-	-	(4.440)	143.907
Resultado do Exercício	-	-	-	-	25.584	25.584
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	(570)	-	-	570	-
Realização do Tributo Diferido	-	194	-	-	(194)	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.076	15.333	16.409	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	(5.111)	-
Em 31 de dezembro de 2024	140.013	7.958	1.076	15.333	-	164.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais	24.911	5
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	16.865	16.071
Baixa Líquida de Ativos Imobilizados e Intangíveis	1.117	160
Ajustes no Imobilizado e Intangível	92	-
Movimentação de PCLD - Clientes	4.510	59
Movimentação de PCLD - Valores a Receber	115	-
Baixa de títulos inobráveis	968	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	699	(117)
Provisões Perdas de Estoque	45	41
Variação Cambial	2.158	(964)
Resultado na Alienação de Ativo Imobilizado	-	(38)
Provisão/Reversão Contingências	(1.234)	147
Provisões Contratuais	(6.739)	1.480
Atualização Monetária	(5.428)	(6.074)
Tributos Diferidos	-	(5.843)
Apropriação Custos Debêntures	2.128	-
Ganho na Venda de Investimentos	-	5.855
Outros ajustes	1.424	-
Apropriação Juros Debêntures	9.613	-
Ajuste/Atualização Juros Empréstimos	4.813	-
Apropriação encargos arrendamentos	2.858	-
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(5.148)	(8.152)
Títulos a Receber	(1.459)	(8.774)
Estoques	(132)	591
Impostos a Recuperar	(1.959)	(873)
Adiantamentos	3.853	16.875
Partes Relacionadas	826	-
Despesas do Exercício Seguinte	(3.280)	1.067
Depósitos Judiciais	(4.492)	301
Fornecedores	15.365	12.152
Obrigações Tributárias	1.012	(1.210)
Obrigações Sociais e Previdenciárias	(122)	2.363
Adiantamento de Clientes	(8.404)	16.672
Obrigações com Parcelamentos	4.517	1.696
Outras Contas a Pagar	33	31
Imposto de Renda pago	-	(74)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	59.525	43.447
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados e Intangíveis	(15.278)	(63.218)
Receita de Venda de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-	60
Aumento de Participações Acionárias	-	(1.026)
Venda de Participações Acionárias	-	230
Aplicações Financeiras - Conta Vinculada	(5.378)	13.275
Juros Pagos - Capitalização no Ativo Imobilizado	(674)	(1.714)
Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	-	-
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Investimentos	(21.330)	(52.393)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	18.386	8.946
Liquidação de Empréstimos e Financiamentos	(21.135)	(5.010)
Juros pagos - Empréstimos	(2.968)	(4.374)
Liquidação Debêntures	(10.842)	(74.585)
Captação de Debêntures	-	100.338
Juros pagos - Debêntures	(10.455)	(5.733)
Empréstimos Mútuos	-	(1.992)
Arrendamentos - Pagamentos	(7.995)	(6.433)
Arrendamentos - Juros	(2.858)	(1.763)
Dividendos	-	(1.943)
Caixa Líquido gerado pelas (utilizado nas) Atividades de Financiamentos	(37.867)	7.451
AUMENTO(DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	328	(1.495)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	280	1.775
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	608	280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENCERRADOS EM		
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
(+) Receitas	228.059	193.009
Vendas de serviços	228.059	193.009
Outras receitas	-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(109.623)	(98.515)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.623)	(98.515)
(=) Valor adicionado bruto	118.436	94.494
(-) Depreciação e amortização	(16.865)	(6.614)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	101.571	87.880
(+) Valor adicionado recebido em transferência	7.279	8.017
Receitas financeiras	7.279	8.017
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	108.850	95.897
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	35.025	36.043
Impostos, taxas e contribuições	15.294	16.751
Remuneração de capitais de terceiros	32.947	48.021
Juros	25.743	22.007
Variáveis cambiais	3.234	520
Instrumentos Financeiros Derivativos	699	-
Debentures	2.717	20.420
Outras Despesas Financeiras	554	5.074
Remuneração de capitais próprios	25.584	(4.918)
Lucros retidos / (Prejuízos do Período)	25.584	(4.918)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	108.850	95.897

1. Informações Gerais

O Porto Ponta do Felix S.A. ("Companhia") é uma sociedade de propósito específico cuja principal atividade consiste na administração e exploração de porto organizado, nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013. A concessão para tal atividade decorre do Contrato de Arrendamento nº 003, celebrado em 26 de abril de 1995 com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, no qual a Companhia figura como arrendatária, exercendo também as funções de operador portuário, conforme o inciso VIII do mesmo dispositivo legal. Originalmente regida pela extinta Lei nº 8.630/93, a Companhia teve suas operações adaptadas ao novo marco regulatório estabelecido pela Lei nº 12.815/13, mantendo a responsabilidade pela exploração, operação e administração de serviços portuários sob o regime de uso público, compreendendo a movimentação e armazenagem de cargas gerais, granel sólido, granel líquido, cargas unitizadas em contêineres, bem como veículos em regime de entreposto aduaneiro.

Em 24 de março de 2016, foi formalizado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento, prorrogando antecipadamente a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2037. Esse aditivo estabeleceu, entre outras obrigações, a realização de investimentos substanciais com vistas à modernização e adequação da infraestrutura do terminal, a fim de assegurar a conformidade com os padrões operacionais e ambientais exigidos. Ressalta-se que a Companhia não realiza movimentações de cargas classificadas como perigosas, conforme regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis. Em 27 de abril de 2023, a Companhia obteve junto à Receita Federal do Brasil o Certificado de Operador Econômico Autorizado (OEA), nos níveis de Segurança e Conformidade, credenciamento que confere vantagens operacionais relevantes, tais como: prioridade na análise e conferência aduaneira, dispensa de exigências previamente cumpridas, maior celeridade nos trâmites de exportação e benefícios logísticos diversos no comércio exterior.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 135.363 mil, refletindo um aumento em relação ao CCL negativo de R\$ 72.893 mil registrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação decorre, principalmente, da reclassificação de R\$ 66.251 mil do passivo não circulante para o circulante, em razão do descumprimento de covenants da segunda emissão de debêntures. É importante destacar que esse descumprimento está relacionado a cláusulas de vencimento antecipado não automáticas, e a Companhia já possui declaração formal do agente fiduciário informando que tais cláusulas não foram acionadas na data-base de 31/12/2024. Ressalta-se, ainda, que a Companhia mantém plena capacidade de honrar suas obrigações, o que pode ser evidenciado pela redução de 5% no CCL negativo, quando considerado o efeito contábil da reclassificação das debêntures.

Nos últimos anos, a Companhia vem ampliando seu relacionamento com instituições financeiras de primeira linha, como Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Banco Luso Brasileiro e Banco ABC Brasil, o que lhe proporciona acesso a linhas de crédito de curto prazo, caso necessário. As projeções para o exercício de 2025, já ajustadas com os resultados do primeiro trimestre, reforçam não apenas a continuidade operacional, como também perspectivas concretas de crescimento. A Companhia projeta movimentação de 2 milhões de toneladas, faturamento de R\$ 262 milhões e EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, em tradução livre: Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) de R\$ 90 milhões. Adicionalmente, destaca-se que a Companhia está em processo de reestruturação administrativa e operacional, com foco na redução de desperdícios e custos, otimização de processos e equipe, além da melhoria contínua na qualidade das operações.

Esse conjunto de ações sustenta a trajetória de crescimento sólido e sustentável da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 15.952, dos quais R\$ 1.538 se referem ao quarto trimestre. Destaca-se, entre as principais aplicações, a aquisição de equipamentos operacionais e o avanço do projeto de construção de um armazém com capacidade estática de 120.000 toneladas, cuja execução já se encontra com 80% de avanço físico, conforme informações internas da Companhia (informação não auditada).

Em termos operacionais, a Companhia movimentou, no exercício de 2024, um volume total de 2 milhões de toneladas, representando um incremento de 47% em comparação ao exercício de 2023, refletindo os esforços de modernização, ganho de eficiência operacional e ampliação da base de clientes e cargas atendidas.

As informações contábeis foram aprovadas pela administração em 14 de abril de 2025.

2. Bases de Preparação das Informações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as normas e procedimentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Na avaliação dos aspectos do IFRS 23 (CPC22), a Administração revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre lucro estão amparados na legislação aplicável.

Todos os saldos informados foram arredondados para o milhar mais próximo, em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e CFC e estão em vigor para o exercício de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 03 e CPC 40 - Demonstração dos fluxos de caixa / Instrumentos financeiros	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 / IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retro arrendamento).	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante (Alteração ao CPC 26/IAS 1).	IAS 1	Pronunciamento	01/01/2024

2.2 Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas novas e alteradas emitidas estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 02 e CPC 37 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras / Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21) / Hiperinflação severa (CPC 37/IFRS 1)	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 26 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis	Introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, como: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração; iii) Orientações dos princípios de agregação e abertura de informações das demonstrações financeiras e suas notas explicativas.	IFRS 18	Pronunciamento	01/01/2027
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40(R1 - Instrumentos financeiros)	Mudanças que tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros, desreconhecimento de passivos financeiros, classificação de ativos financeiros de divulgação.	IFRS 9 IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2026

A Administração avaliou o impacto das normas contábeis que entraram e entrarão em vigor e não identificou efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ou passivos financeiros originados por instrumentos financeiros derivativos são mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. Qualquer ganho ou perda mensurada subsequentemente é reconhecida no resultado. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

provisão para impairment (perdas esperadas no recebimento de créditos).

3.5 Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas para garantir o cumprimento de obrigações financeiras assumidas em contratos de empréstimos e financiamentos. Esses recursos possuem restrição de movimentação ou bloqueio, conforme cláusulas contratuais específicas. A classificação no balanço patrimonial é realizada de acordo com o prazo de encerramento do contrato, momento em que ocorre a liberação do saldo vinculado.

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.7 Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são mensurados inicialmente pelo seu valor justo, atualizados posteriormente até a data do balanço conforme previsões contratuais e são classificados conforme a previsão de recebimento, suportada por contratos entre as partes. Quando previsto atualização monetária, são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado e registradas de acordo com a competência.

3.8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo contratual do arrendamento. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato de concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A vida útil por grupo de bens do ativo imobilizado para os exercícios corrente e futuros são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos
Móveis e utensílios	6 a 25 anos
Veículos	5 a 20 anos
Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

3.9 Arrendamentos

Um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito).

Os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo, na medida que indicadores de impairment estão disponíveis.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear.

3.10 Redução ao valor recuperável (Impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.11 Debêntures

As debêntures são títulos negociáveis a longo prazo, que asseguram aos seus detentores o direito de crédito contra a Companhia. Esses títulos de dívidas são emitidos e oferecidos para os investidores (Debenturistas), que recebem uma remuneração até o vencimento dos títulos. As debêntures não são conversíveis em ações. Seu reconhecimento inicial é a valor justo, acrescido dos custos de transação. A atualização é pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos.

3.12 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de

taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.13 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes são registrados inicialmente pelo valor justo dos adiantamentos financeiros recebidos e representam a obrigação da Companhia em prestar os serviços portuários, conforme contrato firmado entre as partes. A classificação entre passivo circulante e não circulante segue a expectativa de prestação dos serviços, sendo apresentado como passivo não circulante o que exceder 12 meses da data base desta demonstração financeira.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.16 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

3.17 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

As principais receitas reconhecidas são de armazenagem e de operação portuária (embarque e desembarque).

3.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.19 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseado-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.20 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

ADVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.21 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo e passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

..Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
..Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

..Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em período subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem em maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

a) Perdas em créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente reconhecidas e posteriormente lançadas para perdas efetivas, após esgotamento das medidas de recuperação;

b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

c) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;

d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	5
Bancos	603	238
Aplicações(a)	-	37
Total	608	280

O saldo de R\$ 37 registrado em 2023 referia-se à aplicação financeira junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento atrelado à taxa DI, à razão de 2,08% ao ano. Em 2024, esse valor foi

reclassificado para a rubrica de Aplicações Financeiras – Contas Vinculadas, em função da natureza da aplicação.

6. Aplicações Financeiras - Conta Vinculada

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de capitalização	200	-
Aplicação vinculada	-	501
Aplicação vinculada (a)	1.703	5.236
Fundo de reserva - liquidação das debêntures (b)	8.659	-
Fundo de liquidez - liquidação das debêntures (b)	173	-
Fundo de despesa - liquidação das debêntures (b)	380	-
Total	11.115	5.737
Parcela circulante	9.412	501
Parcela não circulante	1.703	5.236
Total	11.115	5.737

(a) O saldo de R\$ 1.703 refere-se a uma aplicação financeira vinculada à conta garantida mantida na Caixa Econômica Federal, com rentabilidade atrelada à taxa DI, à razão de 2,08% ao ano. Desse montante, R\$ 1.300 correspondem à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Depósitos e Aplicações Financeiras, equivalente a 20% do saldo devedor, conforme previsto contratualmente. (b) Os R\$ 403 restantes referem-se aos rendimentos acumulados da aplicação. b) A Companhia mantém em conta vinculada junto à Quadra Capital S.A., conforme estabelecido no 2º Termo Aditivo da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, os seguintes montantes: R\$ 380 como fundo para despesas; R\$ 173 como fundo de liquidez, destinado ao pagamento das parcelas das debêntures (PMTs); e R\$ 8.659 como fundo de reserva. Caso o fundo de liquidez não tenha saldo suficiente para o pagamento das PMTs, o valor será debitado do fundo de reserva. Se esse fundo for utilizado, a Companhia se compromete a repor o saldo no prazo de até dois dias úteis.

7. Contas a Receber de Clientes e Títulos a Receber

7.1 Clientes a Receber

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	10.924	11.590
Clientes internacionais	8.250	5.106
Partes relacionadas (Nota 11)	712	200
(-) PECLD (a)	(4.731)	(221)
Total	15.155	16.675
Parcela Circulante	15.057	16.675
Parcela Não Circulante	98	-
Total	15.155	16.675
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	9.424	8.257
Vencidos de 01 a 30 dias	902	2.796
Vencidos de 31 a 180 dias	3.331	2.244
Vencidos há mais de 180 dias	6.229	3.599
(-) PECLD (a)	(4.731)	(221)
Total	15.155	16.675

(a) As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas pela administração da Companhia com base em critérios específicos de seus clientes, tais como ramo de negócio, situação do crédito em geral, conjuntura econômica de mercado.

Composição das contas a receber por tipo de moeda:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reais (R\$)	11.636	11.790
Dólar Americano (US\$)	8.250	5.106
(-) PECLD	(4.731)	(221)
Total	15.155	16.675

7.2 Títulos a Receber

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de resíduos	61	37
Reembolsos	375	106
Fortepar Operações Portuárias S.A.	-	421
Recuperação de sinistros	-	296
UPI Norte Investimentos S.A. (a)	-	5.397
FTS Participações Societárias S.A. (a)	5.397	-
Valores a receber	412	-
Caução debêntures (b)	5.021	-
Outros	1	19
(-) PECLD	(117)	(2)
Total	11.150	10.102
Parcela Circulante	6.129	10.102
Parcela Não Circulante	5.021	-
Total	11.150	10.102

(a) Em decorrência da venda da Companhia Interbulk S.A., a FTS Participações Societárias S.A. ("FTS") e a Companhia formalizaram, em 31 de março de 2023, um Termo de Cessão de Crédito. Essa operação resultou na reclassificação contábil de um montante de R\$ 9.225, anteriormente registrado na rubrica de mútuos, que passou a compor o saldo de contas a receber da UPI Norte. Até o presente momento, a FTS efetuou um pagamento parcial de R\$ 3.828 ao Porto Ponta do Félix, e as partes encontram-se em tratativas para a quitação do saldo remanescente. A Companhia monitora rigorosamente essa cessão de crédito, realizando avaliações periódicas de riscos e implementando as medidas necessárias para assegurar o recebimento integral do valor pactuado, em conformidade com os princípios de transparência e o cumprimento das obrigações financeiras estabelecidas no acordo.

(b) O valor de R\$ 5.021 refere-se ao montante caucionado para a liberação de um imóvel onerado, oferecido como garantia pela sociedade ligada Fortesolo Operações Portuárias S.A. ("Fortesolo") no âmbito do Contrato de 2ª Emissão de Debêntures. Em conformidade com as disposições contratuais, a restituição desse valor ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias após a liberação das garantias vinculadas ao imóvel. Inicialmente, o saldo foi registrado na rubrica de adiantamento a fornecedores, e, em 2024, o montante foi reclassificado para a rubrica de títulos a receber.

8. Impostos a Recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
CSRF a recuperar	-	19
COFINS a recuperar	768	-
PLS a recuperar	168	-
CSLL por estimativa a compensar	65	-
IRPJ por estimativa a compensar	225	-
IRRF a recuperar	100	158
IRRF sobre mútuos	5.037	4.227
Total	6.363	4.404
Parcela Circulante	1.192	284
Parcela Não Circulante	5.171	4.120
Total	6.363	4.404

9. Adiantamentos a Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Operação Portuária	100	-
Fortesolo Serviços Integrados Ltda.	Operação Portuária	11.482	16.503
Saur Equipamentos S.A	Aquisição de Ativos	1.493	80
MPAX Logística e Participações Ltda.	Serviços Portuários	622	205

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

Liebherr Brasil Ltda.	Manutenção Equipamentos	356	101
Engrecreto Fabricação de Artefatos de Cimento Ltda	Aquisição de Ativos	74	-
MZ Equipamentos Portuários Ltda	Locação de Equipamentos	-	500
TBX Consultoria e Participações Ltda.	Serviços Portuários	-	387
Rinnert Group Ltda.	Aquisição de Ativos	-	497
Immec Indústria Metalúrgica e Comércio Ltda.	Manutenção	-	-
DTA Engenharia Ltda.	Locação de Equipamentos	144	158
Fastfrete Tecnologia e Logística Ltda	Serviços Portuários	-	342
Paulo Sergio Luiz e Cia Ltda	Serviços de Transportes	80	-
Cia de Cimento Itambé S.A.	Aquisição de Ativos	84	-
Pietro Borgo e Cia Ltda	Aquisição de Ativos	87	-
Outros	Aquisição de Ativos	62	-
	Outros	501	837
Total		15.085	19.610
Parcela Circulante		3.603	3.107
Parcela Não-Circulante		11.482	16.503
Total		15.085	19.610

10. Despesas Antecipadas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dragagens (a)	3.103	-
Seguros	451	326
Custos formação de lote	28	-
Outros	24	-
Total	3.606	326

Pagamentos antecipados para a realização de serviços de dragagens para manutenção do calado nos berços de atracação, visando assegurar condições adequadas na operação de carga e descarga dos navios.

11. Partes Relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre as partes relacionadas, oriundas de prestações de serviços de operações portuárias, armazenagem e de mútuos ativos. Os saldos em aberto de transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Fortesolo Serviços Integrados S.A (a)	Contas a Receber (Nota 7.1)	528	200
Fortesolo Serviços Integrados S.A (a)	Adiantamentos (Nota 09)	11.482	16.503
Fortesolo Serviços Integrados S.A (a)	Títulos a Receber (Nota 7.2)	5.021	-
Fortenave Agenciamentos S.A	Contas a Receber - (Nota 7.1)	184	-
FTS Participações Societárias S.A (b)	Títulos a Receber (Nota 7.2)	5.397	-
FTS Participações Societárias S.A. (c)	Adiantamento Imobilizado em Andamento (Nota 14)	24.992	24.992
Total		47.604	41.695

Passivo	Natureza da operação	31/12/2024	31/12/2023
Fortenave Agenciamentos S.A	Adiantamentos (Nota 22)	170	-
Fortenave Agenciamentos S.A	Contas a Pagar (Nota 15)	63	-
FTS Participações Societárias S.A. Contas a Pagar (Nota 15)		30	-
Fortesolo Serviços Integrados Ltda. Contas a Pagar (Nota 15)		296	-
Fortepar Operações Portuárias S.A. Adiantamentos (Nota 22)		125	-
Fortepar Operações Portuárias S.A. Contas a Pagar (Nota 15)		19	-
Agripter Agonegócios Ltda.	Comercial (e) (Nota 22)	1.000	1.000
Total Passivo		1.703	1.000

As transações com partes relacionadas, devido a características específicas dos contratos, não são precificadas nas mesmas condições de mercado e, conseqüentemente, não são compatíveis às operações com empresas que não são partes relacionadas. Dessa forma são pactuadas em condições particulares entre as respectivas partes.

a) O saldo de R\$ 11.482 (Nota 09) refere-se a uma obra executada pela Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda. ("Tucumann") nas instalações da Companhia, no âmbito do projeto de construção do Terceiro Berço, cujo valor será assumido pela Fortesolo, conforme estabelecido em Termo de Cessão de Crédito e Encontro de Contas firmado entre as partes. A compensação do montante encontra-se pendente, condicionada à emissão da respectiva nota fiscal por parte da Tucumann, o que tem postergado a formalização da baixa contábil. Ressalta-se que não há incidência de juros sobre este valor. Adicionalmente, o montante de R\$ 528 (Nota 7.1) está classificado no ativo como contas a receber, relativo a serviços portuários prestados pela Companhia à Fortesolo, também sem atualização monetária ou incidência de encargos. Por fim, o valor de R\$ 5.021 (Nota 7.2) refere-se à transferência efetuada em 25 de janeiro de 2023 à Fortesolo, destinada à quitação de imóvel objeto de alienação fiduciária junto ao Banco Cooperativo Scredi S.A., conforme previsto no instrumento particular de caução exigido para a 2ª emissão de debêntures. Esta quantia será restituída à Companhia ao término do contrato das debêntures, com vencimento previsto para o exercício de 2032, igualmente sem incidência de encargos financeiros.

b) AFTS e o Porto Ponta do Félix firmaram um Termo de Cessão de Crédito, assinado em 31 de março de 2023, relacionado à venda da companhia Interbulk S.A. para a UPI Norte. Essa operação resultou na reclassificação contábil de R\$ 9.225, transferidos da rubrica de mútuos para contas a receber da UPI Norte. Até o momento, foi efetuado um pagamento parcial de R\$ 3.828 pela FTS, e as partes seguem

em negociação para a quitação do saldo remanescente.

c) A Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a Tucumann, cujo objeto é a execução das obras de prolongamento do Pier - Berço 3, no valor total de R\$ 71.000. Em virtude de valores devidos à Companhia pela FTS Participações Societárias S.A. ("FTS"), decorrentes

de transações realizadas entre partes relacionadas, no montante de R\$ 24.992, foi celebrado Instrumento Particular de Assunção de Responsabilidade de Pagamento, por meio do qual a FTS assumiu a obrigação de liquidar parte do contrato diretamente com a Tucumann, até o referido limite. Considerando que esses valores serão compensados mediante a emissão de notas fiscais pela Tucumann no âmbito da construção do Terceiro Berço, o saldo foi reclassificado para o ativo imobilizado, na conta de adiantamentos para ativos em andamento. O início das obras está condicionado à obtenção da licença ambiental e à realização das medições dos serviços executados.

d) Mútuos: a Companhia possui contratos de mútuos ativos com as empresas acionistas e coligadas. Os montantes foram liberados nos meses março/2016, setembro/2016, dezembro/2016, fevereiro/2017, abril/2017, maio/2017 e junho/2017 e o prazo de liquidação do valor mutuado é de 60 (sessenta) meses, sendo facultado o pagamento antecipado total ou parcial da dívida, que deverá ser corrigida a partir da data de assinatura até o momento do efetivo pagamento pela variação da T.JLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Em setembro/2021 foram realizados aditivos contratuais, prorrogando os prazos por 60 (sessenta) meses, dos contratos de mútuos que venceram até o 4º semestre de 2021. No segundo trimestre de 2022 foram realizados aditivos contratuais de mútuos vencidos em 16/02/2022, 31/05/2022 e 12/06/2022, prorrogando os prazos por mais 60 meses.

e) Transações comerciais: As operações entre as empresas referem-se a agenciamento e serviços de operação portuária.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

12.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são constituídos sobre diferenças temporárias como PECLD, Impairment de impostos a recuperar, imobilizado, provisões para contingências e perdas de estoque, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impairment - Impostos a Recuperar	-	1.080
Impairment - Imobilizado	1.050	1.050
PECLD	4.848	223
Provisão de Despesas / APPA	4.583	9.834
Provisão Participações nos Lucros e Resultados	1.230	-
Provisão para Contingências	4.431	5.665
Provisão para Perdas de Estoque	108	63
Projeção Compensação Prejuízo Fiscal (3 Anos)	16.044	-
Total de Diferenças Temporárias	32.294	17.915

Aliquota 34% 34%

Total 10.980 6.091

12.2 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram constituídos sobre o custo atribuído, revisão da vida útil do imobilizado e antecipação de receitas.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	3.011	3.190
Contribuição social diferida	1.086	1.150
Total	4.097	4.340

13. Direito de Uso e Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de armazéns estruturados, máquinas e equipamentos, e, portanto, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento correspondente nas demonstrações financeiras desde a data de início dos respectivos contratos de arrendamento. Para a determinação das taxas de desconto aplicadas, a Companhia se baseou nas taxas de juros, livres de risco disponíveis no mercado brasileiro, as quais foram ajustadas em consideração ao risco de crédito específico da Companhia, levando em conta os prazos estabelecidos nos contratos de arrendamento. A taxa de desconto média utilizada pela Companhia é de 1,12% a.m.

Descrição Saldo em: 31/12/2023 Adições Depreciação Saldo em: 31/12/2024

Direito de uso 24.387 1.007 (8.709) 16.685

A composição dos valores reconhecidos no passivo como Arrendamentos de direito de uso possui a seguinte disposição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos direito de uso	21.604	31.285
Encargos sobre arrendamentos	(2.944)	(5.637)
Total	18.660	25.648

Parcela Circulante 8.765 7.873

Parcela Não Circulante 9.895 17.775

Total 18.660 25.648

Movimentação: Saldo Inicial Capitação Juros a Apropriar Pagamento do Principal Saldo Final

25.648 1.007 2.858 (10.853) 18.660

Do montante reconhecido como arrendamento, segue abaixo composição das amortizações até a finalização do contrato:

Pagamentos Futuros	2025	15.082
2026	4.261	
2027	2.071	
2028	190	
Encargos	(2.944)	
Total	18.660	

14. Imobilizado

	Terrenos e Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Comput. e Periféricos	Benfeitorias em Bens de Terc.	Imobilizado em And.	Adto. Imobilizado em And.	Impairment Máq. Equip. e Edificações	Total
	1,66%	4% a 20%	4% a 16,66%	5% a 20%	1,66%	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	137.690	22.756	622	3.035	39	119.817	25.706	(1.050)	308.615
Dep. Acumulada	(71.539)	(10.246)	(523)	(1.209)	(34)	-	-	-	(83.551)
Valor Líquido Contábil	66.151	12.510	99	1.826	5	119.817	25.706	(1.050)	225.064
(+) Adições	56	5.485	41	115	-	6.195(a)	4.060	-	15.952
(-) Baixas	-	-	-	-	-	(1.117)	-	-	(1.117)
(+/-) Transferência	9.624	1.925	-	-	-	(28.070)	16.520	-	(1)
(-) Depreciação	(6.070)	(1.495)	(42)	(382)	(2)	-	-	-	(7.991)
(+/-) Ajustes Custo	(1.108)	628	(9)	347	25	-	-	-	(117)
(+/-) Ajustes Depreciação	374	(561)	263	(191)	11	-	-	-	(104)
(+) Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	69.027	18.492	352	1.715	39	96.825	46.286	(1.050)	231.686
Em 31 de dezembro de 2024									
Custo	146.262	30.794	654	3.497	64	96.825	46.286	(1.050)	323.332
Dep. Acumulada	(77.235)	(12.302)	(302)	(1.782)	(25)	-	-	-	(91.646)
Valor Líquido Contábil	69.027	18.492	352	1.715	39	96.825	46.286	(1.050)	231.686

(a) Em conformidade com a NBC TG 20 (R2) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou, no quarto trimestre de 2024, o montante de R\$ 19, referente a encargos financeiros incidentes sobre ativos qualificáveis. A taxa acumulada utilizada para essa capitalização foi de 3,88%, composta por 2,41% de taxa efetiva de juros e 1,47% correspondente ao IPCA acumulado no período. A base de cálculo foi o saldo de R\$ 674 registrado em 2024, referente a bens em construção e adiantamentos vinculados a essas obras. Nos termos da norma contábil, os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis - aqueles que demandam um período substancial de tempo para estarem prontos para uso - devem ser incorporados ao custo desses ativos até que estejam prontos para operação. O imobilizado em andamento da Companhia é composto, principalmente, por edificações e maquinários ainda em fase de construção. A vida útil econômica desses ativos será definida pela Administração no momento em que estiverem aptos para uso nas operações da Companhia.

A Companhia não possui quaisquer ativos do imobilizado oferecidos como garantia em operações financeiras, contratos de empréstimos ou outras obrigações.

15. Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	42.242	26.877
Total	42.242	26.877
Parcela Circulante	34.935	26.877
Parcela Não Circulante	7.307	-
Total	42.242	26.877
Composição das contas a pagar por idade de vencimento:	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	24.198	8.767
Vencidos de 01 a 30 dias (a)	6.105	7.311
Vencidos de 31 a 180 dias (a)	8.677	5.851
Vencidos há mais de 180 dias (a)	3.262	4.948
Total	42.242	26.877

(a) O aumento nas obrigações com fornecedores reflete a expansão das operações da Companhia, o que tem exigido maior volume de serviços e insumos.

16. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos na modalidade NDF (Non-Deliverable Forward), na posição vendida, com o Banco Itaú, totalizando USD 1.500. Tais contratos foram celebrados como parte de uma estratégia de contabilidade de hedge, com o objetivo de proteger a exposição cambial da Companhia à volatilidade do dólar norte-americano.

Os detalhes dos contratos são apresentados a seguir:

Nº Operação	Tipo de operação	Vencimento	USD Mil	Taxa termo
60129	Venda	27/02/2025	500	5,7050
60128	Venda	28/03/2025	500	5,7180
360127	Venda	30/01/2025	500	5,6870

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos foram mensurados a valor justo (MTM - Mark-to-Market), conforme apuração do próprio Banco Itaú. Os saldos refletem a diferença entre a taxa de mercado (posição do banco) e a taxa contratada (posição da Companhia), conforme demonstrado abaixo:

Nº Operação	Vencimento	USD Mil	Posição Banco	Posição Companhia	Saldo MTM R\$ mil
60129	27/02/2025	500	6,1991	5,7365	(231)
60128	28/03/2025	500	6,1991	5,7472	(226)
6012Z	30/01/2025	500	6,1991	5,7157	(242)
Total					(699)

17. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Encargos (a.a.)	Moeda	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Limite de crédito Banco ABC	60,00%	Reais (R\$)	-	843	262
Limite de crédito Banco Itaú	461,11%	Reais (R\$)	-	499	-
Banco Daycoval	15,97%	Reais (R\$)	30/12/2024	-	86
Caixa Econômica Federal	8,35% a 12,84%	Reais (R\$)	31/08/2026	7.943	8.525
Banco Luso Brasileiro	6,40%	Reais (R\$)	16/11/2026	13.970	11.869
Banco Itaú	16,78%	Reais (R\$)	30/11/2026	4.210	7.627
Total				27.465	28.369

Parcela Circulante 14.112 13.738

Parcela Não Circulante 13.353 14.631

Total de Empréstimos e Financiamentos 27.465 28.369

Composição por idade de vencimento: 31/12/2024 31/12/2023

A vencer em um ano 14.112 13.738

A vencer em dois anos 9.619 4.190

A vencer em três anos 3.734 10.441

Total 27.465 28.369

Movimentação Empréstimos 31/12/2024

Saldo Inicial 28.369

Captação 18.386

Juros a Apropriar/Atualizações 4.813

Juros pagos (2.968)

Pagamento do Principal (21.135)

Total 27.465

18. Debêntures

Descrição 31/12/2024 31/12/2023

Debêntures Principal - 2ª Emissão 134.555 154.428

Debêntures Encargos - 2ª Emissão (39.649) (49.262)

Custo de Emissão (21.795) (23.923)

Saldo 73.111 81.243

Curto Prazo 73.111 6.861

Longo Prazo - 74.382

Total 73.111 81.243

Composição: Segregação Debêntures* Encargos Financeiros Custos de

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

operação. As debêntures serão integralizadas à vista em moeda corrente nacional, seguindo os termos e condições estabelecidos na presente Escritura de Emissão. A primeira integralização contemplou 114.000 debêntures, sem a incidência de remunerações, encargos ou penalidades. Na data da integralização, conforme consta no boletim de subscrição, o preço de subscrição foi de 87,6979%, o que resultou em um deságio de R\$ 14.024.

Vencimento antecipado

Dentre as obrigações estipuladas para evitar o vencimento antecipado, os principais são: i. pagamento pontual dos encargos remuneratórios e obrigações pecuniárias da Companhia e fiadores;

- ii. reestruturação societária da Companhia e dos fiadores sem anuência do debenturista;
- iii. apresentação de proposta de recuperação judicial;
- iv. rescisão contratual do contrato de arrendamento do porto;
- v. distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia ou fiadores em montante superior aos dividendos obrigatórios previstos na lei societária;
- vi. resolução, anulação, declaração de nulidade, distrato, rescisão ou resilição do Contrato de Take or Pay com certos clientes da Companhia, incluindo contratos de resolução, anulação, declaração de nulidade, distrato, rescisão ou resilição do Contrato de Take or Pay complementares;
- vii. não ter inadimplemento de obrigações pecuniárias como fornecedores, tributos e outros superior a limite estipulado;
- viii. manutenção de faturamento mínimo anual;
- ix. indicador financeiro de Dívida Líquida / EBITDA(a) menor ou igual a: (i) 3,50x a ser medido com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024; indicador financeiro de EBITDA / Despesa Financeira(a) Líquida maior ou igual a: (ii) 1,75x a ser medido com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

x. outras obrigações.

(a) Cálculo dos Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	31/12/2024
Dívida Líquida	129.253
Passivos Financeiros	100.576
Passivos Fiscais/Tributários	25.315
Adiantamentos a Fornecedores	15.085
Disponibilidades	(11.723)
Ebitda 12 meses	67.445
Resultado Antes dos Impostos	24.911
Resultado Financeiro	(25.668)
Depreciações e Amortizações	(16.865)
DL/EBITDA	1,92
EBITDA/DFL	2,63

Garantias

As garantias da operação são:

- i. alienação fiduciária de imóveis da Companhia pertencente ao mesmo grupo empresarial da Companhia em região portuária de Paranaguá-PR;
- ii. cessão fiduciária dos direitos creditórios presentes e futuros, decorrente de contrato de armazenagem e prestação de serviços com cliente da Companhia;
- iii. recursos bancários depositados em conta de aplicação financeira vinculada;
- iv. a cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos Contratos Take or Pay Complementares, e, de todos os demais direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes de toda e qualquer relação comercial firmada ou a ser firmada com as partes dos Contratos Take or Pay Complementares, e/ou qualquer de suas controladas, coligadas ou outras companhias sob controle comum.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não havia atendido integralmente a determinados covenants previstos na Escritura de Emissão das Debêntures, os quais, em tese, poderiam ensejar a declaração de vencimento antecipado da dívida. Diante da ausência de manifestação formal por parte dos debenturistas àquela data, a Administração optou, de forma conservadora, por reclassificar o saldo devedor para o passivo circulante.

Posteriormente, em 31 de março de 2025, a Companhia recebeu carta emitida pela GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda., na qualidade de agente fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, informando que, na data-base de 31 de dezembro de 2024, a referida emissão não se encontrava vencida. A referida carta foi assinada também pela debenturista REIT Securitizadora S.A., conferindo validade conjunta ao posicionamento informado.

19. Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos Retidos	723	670
ISS a pagar	556	474
PIS a pagar	46	51
COFINS a pagar	214	235
IRPJ e CSLL	6.151	790
Total	7.690	2.220

20. Obrigações Sociais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários a Pagar	929	931
FGTS a Pagar	171	168
INSS a Pagar	659	580
IRRF	369	365
Férias e 13º Salário	2.164	2.136
Participação nos Lucros e Resultados	1.230	1.464
Total	5.522	5.644

21. Obrigações Com Parcelamentos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento de Tributos Federais	6.931	-
Parcelamento de Multas Trabalhistas	-	265
Parcelamento PGFN	77	1.163
Parcelamento ISS	838	52
Parcelamento Taxas (CVM)	61	30
Parcelamento INSS	1.883	2.192
Parcelamento CSLL / IRPJ	879	1.766
Parcelamento PIS/COFINS	1.276	1.945
Outros Parcelamentos	158	173
Total	12.103	7.586
Parcela Circulante	4.161	3.215
Parcela Não Circulante	7.942	4.371
Total	12.103	7.586

(a) O saldo devedor atual de R\$ 6.931 refere-se a um acordo de parcelamento simplificado de tributos federais, incluindo PIS, COFINS, INSS, IRPJ e CSLL do exercício de 2024.

22. Adiantamentos de Clientes

Os contratos de alguns clientes preveem dois tipos de adiantamentos: recebimentos antecipados de operações de navios e adiantamentos contratuais.

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
Cashmere Capital Ltd	Contratual	27	27
Cervejaria Petrópolis S.A.	Contratual	20.673	19.347
Keytrade Ag	Contratual	-	2.708
G. Filho De Melo Ltda	Contratual	-	2.472
Coamo Agroindustrial Cooperativa	Contratual	-	1.528

Agriater Agronegócios Ltda. (Nota 11)		1.000	1.000
Timbro Trading S.A	Contratual	811	168
Food Security Solutions Dmcc	Contratual	586	5.318
Ameropa Ag	Contratual	-	3.175
Koch Fertilizer LLC	Contratual	323	592
ETG Chemicals FZ-LLC	Contratual	3.686	-
Ed&F Man Sugar Ltd	Contratual	12.465	9.485
Job Fertilizantes Ltda	Contratual	-	738
Terra Nova Trading Ltda	Contratual	-	329
Ocp Fertilizantes Ltda	Contratual	-	258
Viterra Agriculture Brasil S.A	Contratual	-	573
Iternum Comercio Internacional Ltda.	Contratual	336	-
Incobio Ind. e Comercio de Biomassa Ltda	Contratual	915	-
Bifertil S.A.	Contratual	-	278
Yara S.A.	Contratual	-	702
Fortenave Agenciamentos S.A		170	-
Fortepar Operações Portuárias S.A.		125	-
Outros		22	845
Total		41.139	49.543
Parcela Circulante		21.791	32.463
Parcela Não Circulante		19.348	17.080
Total		41.139	49.543

23. Provisão Para Contingências

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias são realizadas análises individuais. Considerando o potencial de perda, estas são classificadas em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados integralmente quando a estimativa de perda é classificada como provável.

Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

Provisão	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	40	328
Tributários (a)	4.391	5.337
Total	4.431	5.665

(a) Em 31 de dezembro a Companhia mantém provisionado o montante de R\$ 1.808 referente a IOF sobre mútuos; e, o montante de R\$ 2.583 referente a compensações previdenciárias.

Depósitos Judiciais	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	137	296
Cíveis	4.687	36
Total	4.824	332

As ações judiciais cuja probabilidade é considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia é apresentada conforme abaixo:

Causas Possíveis	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	7.125	7.870
Tributários	-	4.247
Cíveis	3.000	907
Total	10.125	13.024

24. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) de ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 140.013 representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	Qtde.	Valor	%
Equiplan Participações S.A.	192.352	116.392	83,14%
FTS Participações Societárias S.A.	29.345	17.757	12,68%
Agriater Agronegócios Ltda.	9.590	5.803	4,14%
Outros	100	61	0,04%
Total	231.387	140.013	100,00%

(b) Ajuste de avaliação patrimonial
Nesta conta está registrado especificamente o efeito de custo atribuído ao Ativo Imobilizado, com base no ICPC - 10, respectiva realização e os impostos diferidos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior do ajuste avaliação patrimonial	8.334	8.709
(-) Realização do custo atribuído	(570)	(568)
(+) Realização do tributo diferido	194	193
Saldo final do ajuste de avaliação patrimonial	7.958	8.334

(c) Destinação do lucro
Conforme Art. 5 do estatuto social, as ações ordinárias dão direito a voto e não tem preferência no pagamento de dividendos. As ações preferenciais têm os mesmos direitos, exceto o voto e tem prioridade no recebimento de um dividendo não cumulativo de 10% ao ano sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social, pelo número de ações que o compõem, sem prejuízo de participação nos lucros idêntica à atribuição das ações ordinárias, quando superior a esta taxa, depois de ter assegurado do dividendo mínimo obrigatório.

Nos termos do Art. 23, itens I, II e III do estatuto social da Companhia, os lucros serão destinados da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

II - 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76.

Reservas de lucros

Os saldos remanescentes terão a aplicação determinada pela Assembleia, segundo o Art. 23 item III: III - O remanescente, se houver, será colocado à disposição da Assembleia.

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Destinação dos Lucros

Prejuízo Acumulado	(4.064)
Lucro do Exercício	25.584
Saldo a Distribuir	21.520
I - Reserva Legal (5%)	1.076
Saldo a Distribuir	20.444
II - Dividendos a Pagar (25%)	5.111
Saldo a Distribuir	15.333
III - Reservas de Lucros Retidos	15.333
Saldo a Distribuir	-
Dividendos por Ação (em Reais)	0,022088536

25. Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/2024	31/12/2023
Receita de operação portuária	115.783	78.730
Receita de armazenagem	99.837	106.485

Receita de acondicionamento para transporte	5.783	3.048
Receita de reembolso	1.643	1.420
Receita de taxas	4.436	2.966
Receita de transbordo	577	360
(+) Total de receita	228.059	193.009
(-) Impostos sobre vendas	(15.258)	(11.464)
(-) Descontos Incondicionais	(709)	(364)
(-) Total de deduções	(15.967)	(11.828)
Receita Operacional Líquida	212.092	181.181

26. Custos dos Serviços Prestados

Descrição	01/01/2024	01/01/2023
a 31/12/2024	a 31/12/2023	
Serviços de terceiros	(48.446)	(40.759)
Materiais	(277)	-
Taxas	(541)	(1.913)
Utilidades e Serviços	(1.161)	(1.079)
Arrendamentos	(960)	(7.974)
Avarias	(1.973)	-
Material de Uso e Consumo	(2.370)	(2.647)
Custos com pessoal	(23.548)	(20.970)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(3.542)	(2.667)
Depreciações e Amortizações	(16.865)	(16.080)
Manutenção civil e infraestrutura	(8.828)	(10.788)
Locação de Equipamentos	(11.859)	(10.917)
Demurrage	(1.236)	-
Perdas de Estoque	(45)	-
Locação de Bens Móveis	(777)	-
Constituição de Perdas	(1.315)	-
Outros Custos Operacionais	(5.039)	(355)
Total	(128.782)	(116.149)

27. Despesas Gerais Administrativas

Descrição	01/01/2024	01/01/2023
a 31/12/2024	a 31/12/2023	
Despesas com pessoal (b)	(8.238)	(10.586)
Remuneração pessoal chave (a)	(3.239)	(4.487)
Serviços e utilidades	(7.744)	(10.410)
Despesas com deslocamentos	(6.216)	(1.811)
Publicidade e propaganda	(710)	(1.104)
Despesas com materiais	(186)	(189)
Despesas com taxas	(412)	(293)
Despesas com seguros	(1.502)	(1.183)
Despesas com informática	(3.213)	(2.744)
Contribuições e sindicatos	(368)	(412)
Responsabilidade social	(565)	(553)
Gastos com veículos	(198)	(320)
Meio Ambiente	(1.319)	(801)
Créditos Incobráveis - Indedutíveis	(5.592)	(456)
Outras despesas gerais e administrativas	(3)	(15)
Total	(39.505)	(35.370)

(a) Despesa com pessoal chave da administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. No ano de 2024, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 3.239. O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros. O total de despesas com pessoal está apresentado abaixo:

(b) Despesas com Pessoal

Descrição	01/01/2024	31/12/2023
a 01/01/2024	a 31/12/2023	
Salários e verbas contratuais	(3.786)	(4.202)
Honorários diretoria e conselhos	(3.239)	(4.487)
Contribuições para previdência social	(2.355)	(3.807)
Obrigações contratuais	(1.122)	(1.236)
Obrigações legais	(934)	(1.056)
Cursos e Treinamentos	(41)	(285)
Total	(11.477)	(15.073)

28. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	01/01/2024	31/12/2023
a 01/01/2024	a 31/12/2023	
Contingências e Atualizações	(1.884)	(1.898)
Recuperação de Seguros	-	1.206
Recuperação de Despesas Operacionais	(5)	693
Reversão Impairment Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	5.843
Recuperação de Impostos	1.460	-
Perdas/Ganhos na alienação de Imobilizado	(92)	38
Perdas De Estoque	-	(60)
Vendas de Sucatas	2.286	2.991
Despesas Com Processos	(1.073)	(896)
Perdas/Ganhos de Investimento	425	5.855
Ganhos/Perdas Processos Judiciais(a)	5.583	(3.361)
Outros Ganhos e Perdas não Operacionais	74	(64)
Total	6.774	10.347

(a) Do montante de R\$ 5.583, R\$ 5.328 são referentes a venda de mercadoria ajuizada através da Decisão Judicial do Processo: 0006198-92.2024.8.16.0001.

29. Resultado Financeiro

Descrição	01/01/2024	01/01/2023
a 31/12/2024	a 31/12/2023	
Descontos Obt		

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

Resultado financeiro

(i) O montante gasto em 2023, refere-se aos gastos financeiros e de deságio com o resgate antecipado da 1ª emissão de debênture, conforme detalhado na nota explicativa 18 - Debêntures.

30. Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo lucro real. O imposto de renda e contribuição social do período são calculados com base na alíquota de 15% acrescidos de 10% adicional sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa social limitada a 30% do lucro real.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	24.911	5
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL Nominal	(8.470)	(2)
Ajustado por:		
Depreciação Fiscal	701	559
Despesas Indedutíveis	554	390
Custo Atribuído e Vida útil	194	193
Crédito fiscal não reconhecido sobre diferença temporária revertida	-	(1.355)
Baixa de prejuízo fiscal não utilizado	-	(5.843)
Uso de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL não reconhecidos anteriormente	2.013	-
Reconhecimento de tributo diferido sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL de exercícios anteriores	5.455	-
Outros efeitos líquidos	36	1.135
IRPJ e CSLL Diferidos	5.131	(4.849)
IRPJ e CSLL Corrente	(4.458)	(74)
Total	673	(4.923)
Alíquota Efetiva	2,70%	98460,00%

31. Informação por Segmento

A Companhia atua no setor portuário, com uma especialização em operações de carga e descarga de navios. Essas atividades, que incluem tanto a movimentação de cargas quanto a armazenagem, são consideradas interdependentes e integradas. A administração entende que não há diferenciação operacional ou comercial significativa entre elas, o que justifica a caracterização das atividades como uma única unidade de negócios. Essa abordagem permite um planejamento financeiro e estratégico mais eficaz, dado que todas as operações são avaliadas como um único fluxo operacional. Dada essa estrutura integrada, a Companhia adota uma visão consolidada em sua gestão e avaliação de desempenho. A administração considera que o tratamento das operações de carga e descarga, juntamente com a armazenagem, como uma unidade geradora de caixa única é condizente com o objetivo de otimizar recursos e maximizar resultados. Essa visão permite que a Companhia mantenha um controle rígido sobre os custos operacionais e identifique oportunidades de melhoria de forma mais precisa, utilizando métricas e indicadores unificados para todo o segmento. A decisão de tratar essas operações como uma unidade geradora de caixa única também proporciona maior clareza para as análises de desempenho e facilita o processo de tomada de decisões pelo principal gestor das operações. Além disso, essa abordagem reduz a complexidade nos relatórios financeiros, uma vez que a Companhia não precisa desmembrar resultados por subsegmentos dentro do setor portuário. Isso gera informações mais diretas e estratégicas para a alta administração, auxiliando na alocação de recursos e no planejamento de futuras expansões ou investimentos, alinhados ao objetivo de consolidar a Companhia de maneira robusta e eficiente no setor portuário.

32. Gerenciamento de Riscos Financeiros e Operacionais

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atua, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades, os quais, são gerenciados ativamente em conformidade com as políticas e diretrizes internas.

- Riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de suas atividades:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de taxa de juros;
Risco cambial.

Principais instrumentos financeiros

A Companhia mantém certas operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa;
Aplicações financeiras;
Contas a receber e títulos a receber;
Partes relacionadas
Contas a pagar a fornecedores e outras;
Empréstimos bancários; e
Debêntures.

- Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa, em virtude dos empréstimos de longo prazo contratados a taxas variáveis. É importante ressaltar que, mesmo com a atual política da Companhia que estabelece o uso de empréstimos de taxa fixa para o pagamento de leasing financeiro, ainda há o risco de exposição a flutuações de taxas de juros em outras áreas de operação da Companhia. A Companhia adota estratégias eficazes para gerenciamento de risco de taxa de juros, por meio da utilização de instrumentos financeiros adequados e de práticas de gestão efetivas o que ajuda a minimizar os efeitos negativos das flutuações das taxas de juros no fluxo de caixa da Companhia e garantir a sua estabilidade financeira a longo prazo.

- Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, atrelados aos indexadores CDI, IPCA e TJLP. Dessa forma, o risco da Companhia passa a ser a exposição à variação destes indexadores. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação dos indexadores:

Passivos	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	27.465	28.369
Debêntures (IPCA)	73.111	81.243
Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos Mútuos (TJLP)	78.258	73.656
Aplicações Financeiras (CDI)	10.918	5.774

Passivos	Saldo em: 31/12/2024	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	27.465	28.336	28.553	28.771
Debêntures (IPCA)	73.111	73.930	74.135	74.339
Ativos	Saldo em: 31/12/2024	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Mútuos (TJLP)	78.258	79.776	80.156	80.535
Aplicações Financeiras (CDI)	10.918	11.264	11.351	11.437

O cenário provável considera as taxas futuras de juros projetadas para 90 dias, com o CDI entre 3,17% e 3,38% ao trimestre, o IPCA estimado em 1,12% ao trimestre, e a TJLP fixada em 1,94% ao trimestre para o primeiro trimestre de 2025. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50% respectivamente.

- Risco de crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um devedor falhe em cumprir

com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia, dos mútuos e operações com partes relacionadas ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes e das partes relacionadas da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A Companhia busca operar com instituições financeiras reconhecidas no mercado e que gozem de boa reputação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	608	280
Aplicações financeiras	11.115	5.737
Contas a receber e títulos a receber	26.305	26.777
Partes relacionadas	78.258	73.656
Total	116.286	106.450

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	42.242	26.877
Empréstimos e financiamentos	27.465	28.369
Debêntures	73.111	81.243
Total	142.818	136.489

- Risco cambial

Deocorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. De modo geral, o risco cambial está concentrado em clientes e não é considerado relevante pela Administração.

- Derivativos e riscos associados

A Companhia possui operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 121 de 06 de junho de 2022.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio e de variações nas taxas de juros variáveis. A Companhia considerou os cenários 1 e 2 com 25% e 50% de deterioração para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2024.

A análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de Câmbio	Cenário I 25%	Cenário II 50%
USD	6,1923	7,740375	9,28845

Os efeitos no resultado, considerando os cenários 1 e 2 são demonstrados a seguir:

Instrumentos	Moeda	Notional	Cenário Provável R\$/mil	Cenário I 25% R\$/mil	Cenário II 50% R\$/mil
Termo	USD	1.500	9.288	(2.322)	(4.644)

Análise de sensibilidade da exposição cambial

Os cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração (recebíveis ou desembolsos) na variável do risco considerada respectivamente (Cenário I e Cenário II).

- Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2024 estão abaixo apresentados:

Indicadores de gestão de capital	31/12/2024	31/12/2023
Dívidas de curto prazo	108.682	105.728
Dívidas de longo prazo	132.624	138.244
Total da dívida	241.306	243.972
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(11.723)	(781)
(=) Endividamento Líquido	229.583	243.191
Patrimônio líquido	160.021	143.907
Índice de endividamento	1,43	1,69

33. Cobertura de Seguros (Não auditado)

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	40.000
Bens móveis e imóveis	139.322

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

34. Evento subsequente

Em 31 de março de 2025, a Companhia recebeu carta emitida pela GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda., na qualidade de agente fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, informando que, na data-base de 31 de dezembro de 2024, a referida emissão não se encontrava vencida. A referida carta foi assinada também pela debenturista.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALMIR JORGE BOMBONATTO

JOÃO BOMBONATTO NETO

ADEMAR FRONCHETTI

LUIZ ALBERTO BONI

DANILO BALLONI CARPINO

VITAL JORGE LOPES

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO VIEIRA SEVERINO

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO E

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONTADOR

RONALDO JOSÉ CORREA – CRC/PR 029336-O/3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do Porto Ponta Do Félix S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Porto Ponta do Félix S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Porto Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto identificado foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Principal assunto de auditoria Mútuos com partes relacionadas

De acordo com as notas explicativas nº 9 e nº 11, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado a título de mútuos e adiantamentos com partes relacionadas, os montantes de R\$ 78.258 mil e R\$ 11.482 mil (2023 - R\$ 73.067 mil e R\$ 16.503 mil), respectivamente. Tais transações, ocorreram nos últimos anos para apoiar nos investimentos do grupo empresarial e em operações comerciais, sendo elas acordadas entre as partes e com prazos de pagamento aditivados conforme descrito na referida nota explicativa.

Devido aos aspectos inerentes ao processo de determinação de recuperabilidade destes créditos, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Leitura e avaliação dos contratos firmados entre as partes, incluindo os aditivos; (ii) Recálculo da atualização monetária incidente sobre os saldos; (iii) Discussão com a administração sobre os planos de recebimento destes recursos, que envolvem a reestruturação societária do grupo empresarial, venda de ativos e capacidade de distribuição de dividendos para compensar com os créditos de mútuos existentes, bem como a avaliação da capacidade de realização das obrigações por parte destas partes relacionadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis e as divulgações incluídas nas nota explicativas nº 9 e nº 11.

Outros assuntos

Informações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo relatório de auditoria foi emitido em 27 de abril de 2024, conteve ressalva sobre o não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples o que acarretou o vencimento antecipado da obrigação de debêntures, no montante de R\$ 79.267 mil, conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 e nº 35 daquelas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

Porto Ponta do Felix S/A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissio-

nal ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüente mente, pela

opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 14 de abril de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

PontadoFelix relatório pdf

Código do documento fe0cc4ca-adfa-46c5-b219-1cae949fb9b8



Assinaturas



FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Certificado Digital
comercial@folhadolitoral.com.br
Assinou

Eventos do documento

16 Apr 2025, 20:06:01

Documento fe0cc4ca-adfa-46c5-b219-1cae949fb9b8 **criado** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email:comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T17:06:01-03:00

16 Apr 2025, 20:06:22

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO SAAD GEBRAN SOBRINHO (7d04c42c-a84d-410e-a61b-360e9aa679df). Email: comercial@folhadolitoral.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-16T17:06:22-03:00

16 Apr 2025, 20:06:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126
Assinou Email: comercial@folhadolitoral.com.br. IP: 177.92.49.81 (81.49.92.177.dynamic.liggetelecom.com.br porta: 20352). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA:16619945000126. - DATE_ATOM: 2025-04-16T17:06:37-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a9160e0eb74d15064eede92542ac26f997e273ee545e58499962f76480228202
(SHA512):57b94c1164f7d470ebb87ad3bf86599bcc1a005845b23b3ec3a3ab148cee8a33ab1c44d0258d1f25f10173194f9226c666a35fa0c08ea9ee81558528fbe03206

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.